

# O fluxo de estrangeiros para o Brasil em fins do Novecentos

José Flávio Motta<sup>§</sup>  
Nelson Nozoe<sup>§</sup>

## RESUMO

O artigo sumaria os principais resultados de pesquisa sobre a imigração recente para o Brasil, cujos objetivos compreendiam o levantamento das fontes de dados disponíveis, a crítica da qualidade das informações e, por fim, o delineamento do(s) perfil(is) da população imigrante em fins do século passado. Apesar de não serem elaborados necessariamente com a finalidade precípua de acompanhar o fluxo de entrantes no País, os bancos de dados manuseados permitiram traçar o perfil do **estoque** de estrangeiros aqui residentes, bem como levantar as principais características do **fluxo** de ingressantes nos anos recentes. Foram observados deslocamentos que acompanharam os processos de privatização e de vendas de empresas nacionais para o capital estrangeiro, a exemplo dos espanhóis, bem como movimentos de excluídos em luta pela sobrevivência, segmento ilustrado pelos bolivianos. Ambos representam, decerto, as duas faces da mesma moeda que, conjuntamente, traduzem as características do capitalismo vigente em nossos dias.

**Palavras-chave:** imigração, estrangeiros, perfil do imigrante, privatização, excluídos.

## ABSTRACT

This paper presents the main results of a research on recent immigration to Brazil whose objectives were surveying the sources of data, discussing the quality of information available and outlining the profiles of the immigrant population in the end of the last century. The data banks examined, although not necessarily built up to keep track of the influx of immigrants to Brazil, allowed us to trace the characteristics of the **stock** of foreigners resident in Brazil as well as those of the **flow** of immigrants recently arrived. We observed population movements related to the privatization process and sales of national companies to foreign capital, *e.g.*, Spanish, as well as movements of economically excluded people, such as Bolivians, struggling to survive. Both movements clearly represent the two faces of the same coin, and together reflect the characteristics of modern capitalism.

**Key words:** immigration, foreigners, immigrants profile, privatization, economically excluded people.

**JEL classification:** F22, J61.

---

§ Os autores são Professores Doutores da FEA/USP, dos Programas de Pós-Graduação em Economia do IPE-FEA/USP e de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, e membros do N.E.H.D.-Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA/USP. E-mails: [jflaviom@usp.br](mailto:jflaviom@usp.br) e [nehnozoe@usp.br](mailto:nehnozoe@usp.br).

## 1 Apresentação

Este artigo, dedicado ao tema da imigração recente para o Brasil, sumaria os principais elementos - objetivos, fontes e tratamento dos dados, resultados - de pesquisa desenvolvida no âmbito de convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, intitulado *Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro*.<sup>1</sup>

A referida pesquisa teve por objetivo examinar um conjunto de bancos de dados com informações sobre a população imigrante no Brasil e, com fundamento nesse exame, esboçar alguns perfis característicos dos indivíduos que, em fins do século XX, integraram o fluxo migratório direcionado para nosso País. Os bancos de dados objeto de nosso estudo são, de um lado, aqueles produzidos em repartições que integram os organogramas de alguns dos Ministérios da República, coligidos com a finalidade precípua de acompanhamento, registro e controle do contingente imigrante; e, de outro, aqueles que, embora não possuam a mesma finalidade, trazem também informes sobre o contingente em tela, tornando-se importantes fontes complementares para o esboço pretendido.

O artigo divide-se em três partes, além desta apresentação. Na segunda, procedemos a uma sucinta caracterização da inserção brasileira nos fluxos migratórios internacionais, em especial no último quarto do Novecentos, marcada pela flagrante diversidade. Na terceira, apresentamos os bancos de dados cujos conteúdos são objeto de nosso exame, ao passo que avançamos alguns comentários críticos acerca dessas diversas bases de informações. Na quarta parte do artigo fornecemos um apanhado dos principais resultados obtidos, delineando os traços fundamentais do “estoque” de imigrantes residentes em nosso País ao findar-se o século passado e, sobretudo, enfocando os fluxos mais recentes de estrangeiros vindos para o Brasil no decurso dos anos 1990 e conformando uma série de perfis diferenciados. Algumas considerações finais concluem o artigo.

## 2 O Brasil e os fluxos migratórios internacionais em fins do século XX

A partir, sobretudo, de meados dos anos de 1980, e prolongando-se pelo decênio subsequente, verificamos o crescimento da participação brasileira nos fluxos migratórios

---

1 Além dos autores, a equipe de pesquisadores dedicada ao estudo da imigração recente para o Brasil contou com a participação do Prof. Dr. Renato Leite Marcondes. Para uma apresentação mais minuciosa dos resultados obtidos, ver Motta, Marcondes e Nozoe (2001).

internacionais. Em boa medida, tal participação traduziu-se num movimento de emigração, em especial direcionado para os EUA e o Japão. Concomitante, acentuou-se a imigração para o Brasil. Assim como no caso da emigração, o movimento de entrada desdobrou-se em mais de uma vertente, e também de forma análoga ao fluxo emigratório apresentou-se parcialmente marcado pelo traço, tão próprio das migrações internacionais recentes, da clandestinidade. Uma breve análise da literatura disponível, objeto desta seção, propicia uma primeira aproximação das características dos recentes fluxos imigratórios para nosso País.

Algumas das vertentes de tais fluxos já haviam sido identificadas com base nos dados do Censo Demográfico de 1991, a exemplo da migração de retorno dos brasiguaios, bem como dos coreanos e bolivianos vindos para São Paulo. Outras compõem movimentos igualmente ou ainda mais recentes e que poderão vir a ter seu ritmo aumentado em inícios do século XXI: um deles é o fluxo de refugiados, entre os quais se destacam os africanos de Angola; outro, por exemplo, manifestou-se, em fins da década de 1990, pelo incremento da concessão de vistos de trabalho. Este último movimento acompanhou a intensificação do processo de privatizações - como o ocorrido no setor de telecomunicações - e das aquisições, efetuadas pelo capital estrangeiro, de empresas nacionais -, a exemplo do observado no sistema bancário.

Consideremos brevemente as principais características dessa imigração multifacetada. De início, voltemos nossa atenção para o retorno dos brasiguaios,<sup>2</sup> que se vê claramente evidenciado pelo Censo de 1991, a partir do contingente das pessoas com menos de dez anos de residência no município atual que declararam outro país como local de residência anterior. Assim, do total de 122.851 indivíduos que compunham tal contingente, 41,3% haviam residido anteriormente em países da América do Sul; mais ainda, o Paraguai era o país que respondia pelo maior número desses indivíduos: 18.733. Por outro lado, computados apenas os 59.033 imigrantes de retorno, verifica-se que um quarto desse fluxo era originado no Paraguai; de fato, a grande maioria dos recenseados provenientes do Paraguai era formada por imigrantes de retorno. Por fim, ressalte-se que o primeiro e o terceiro dentre os mais importantes movimentos integrantes do fluxo imigratório foram, respectivamente, os que ligavam o Paraguai ao Paraná e o Paraguai ao Mato Grosso do Sul.<sup>3</sup>

---

2 “Os brasiguaios são conhecidos como trabalhadores humildes que, sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados/expatriados pelo processo de modernização da agricultura e vivem no Paraguai. Constituem 80% da população paraguaia na fronteira, são posseiros, meeiros, arrendatários, agregados, bóias-frias e parceiros que moram nas colônias de Pedro Juan Caballero, Horqueta, Capitan Bado, Cedro Di [etc. etc.]” (Batista, 1990, p. 1)

3 As tabulações às quais nos referimos neste parágrafo e por várias vezes no restante desta seção constam de Antico (1998).

De outra parte, os imigrantes coreanos, cujas primeiras levadas oficiais chegaram ao Brasil em início dos anos 1960, eram destinados, em princípio, à agricultura. Não obstante, ainda na década de 60 “(...) apenas 10% do total de quase mil imigrantes continuavam trabalhando no campo. Os 90% restantes abandonaram as fazendas e vieram para a cidade de São Paulo, onde começaram a se dedicar ao comércio e à confecção de roupas.” (Galetti, 1995, p. 136) Durante os anos 1970, intensificou-se a entrada ilegal, seja por conta dos óbices levantados pelo governo brasileiro aos imigrantes em potencial que não possuíam contratos de trabalho previamente firmados, seja pelo estímulo à emigração decorrente “(...) do sistema extremamente competitivo da sociedade coreana moderna.” (Idem, p. 137) Aqueles que conseguiam legalizar sua situação passavam a explorar a mão-de-obra de seus patrícios ilegais. A ascensão econômica dos coreanos, aliada à legalização da maioria dentre eles, abriu espaço para a utilização da mão-de-obra boliviana.<sup>4</sup> Muito embora os primeiros bolivianos tenham chegado ainda na década de 1950, o ápice desse fluxo migratório foi atingido na segunda metade dos anos 1980, e boa parte dele veio a compor a força de trabalho empregada, de forma clandestina, pelos pequenos empresários coreanos. Voltando, uma vez mais, nossa atenção para os dados censitários, em especial no que respeita ao conjunto das 122.851 pessoas acima referido, observamos que, se tomarmos o subconjunto dos estrangeiros (63.818 indivíduos), São Paulo é o principal local receptor. Mais ainda, os movimentos ligando Coréia e São Paulo e Bolívia e São Paulo figuram entre os dez principais fluxos identificados no Censo de 1991.

No que respeita aos refugiados, até início da década de 1990 era muito reduzido - pouco mais de 300 - o número daqueles reconhecidos como tal pelo governo brasileiro.<sup>5</sup> A partir de 1993, esse número cresce, sendo a maior parte dessas pessoas proveniente da África, particularmente de Angola. De fato, em setembro de 1996, de um total de 2.146 refugiados reconhecidos, 81,5% eram africanos, sendo 1.296 (60,4%) angolanos. É em especial a guerra civil angolana o fator de adensamento desse movimento migratório. Ao que parece, esse fluxo desdobra-se em duas vertentes com características distintas. Numa delas, os imigrantes “(...) têm assumido o caráter de refugiados, sendo, majoritariamente, jovens, dos quais grande parte é estudante de nível superior. Solteiros em sua maioria, pertencem a classes

---

4 “Hoje, os coreanos dominam boa parte do comércio do centro paulistano e formam uma comunidade de sucesso. Ainda existem coreanos clandestinos, mas a grande maioria está legalizada. Eles progrediram, seus filhos estudaram e o trabalho manual das oficinas sobrou para os bolivianos. [Em fins do decênio de 1990] estima-se que São Paulo abrigue perto de 100.000 bolivianos, dos quais 40.000 vivem na clandestinidade.” (Veja, 25/8/1999)

5 Em certa medida, essa quantidade reduzida decorria do fato de que “(...) o reconhecimento de refugiados, durante muitos anos, esteve limitado, devido à manutenção da ‘reserva geográfica’ [eram reconhecidos apenas os de origem européia, ainda por conta da II Guerra Mundial], que foi abolida somente em 1989.” (Milesi e Moroni, 1998, p. 98)

*favorecidas em Angola e têm, em geral, planos para retardar o retorno ao país de origem.*” (Ribeiro, 1995, p. 131) A segunda das vertentes mencionadas, envolvendo indivíduos com menos recursos, é a que aflora da caracterização seguinte: *“concentrados no Rio de Janeiro, eles não cruzaram o Atlântico por vontade própria. São refugiados da guerra civil (...). Alguns milhares vivem nas favelas cariocas e sobrevivem fazendo bicos na construção civil.”* (Veja, 25/8/1999)<sup>6</sup>

Por fim, um componente adicional dos movimentos imigratórios é evidenciado na notícia seguinte, veiculada em inícios de 2000: *“Nos últimos dois anos, 26.723 profissionais estrangeiros obtiveram visto para trabalho no Brasil. A média anual neste fim de década, de 13,3 mil, é mais de três vezes maior que o nível de 1995. Antes das privatizações em telefonia e energia elétrica, da abertura do mercado do petróleo e da compra de bancos nacionais por conglomerados multinacionais, o total de entrada de mão-de-obra no País ficava em torno de 4,5 mil.”* (O Estado de S. Paulo, 24/1/2000) Esse cenário recente tem dado margem a interpretações bastante díspares: de um lado, no qual se encontram os interesses mais próximos aos trabalhadores, ele suscita muita preocupação;<sup>7</sup> já de uma perspectiva empresarial, ao contrário, ele é entendido de maneira extremamente positiva.<sup>8</sup> Independente dessa disparidade, o fato é que o fluxo migratório em questão mostra-se crescente nos últimos anos e compõe, ao que tudo indica, traço característico da etapa atual do desenvolvimento da economia mundial. Nesse contingente enquadrar-se-iam as quase duas dezenas de milhares de estrangeiros aos quais foram concedidos vistos temporários para trabalharem em nosso País.<sup>9</sup>

---

6 Percebemos ser bastante estreito o vínculo entre o segmento dos refugiados e aquele formado pelos imigrantes clandestinos.

7 *“(...) tanto nas privatizações de estatais como no processo de fusões e consolidação de empresas privadas, tem sido comum a redução do número de empregados (mediante processos de enxugamento e encolhimento) e da capacidade geradora de empregos (por meio da subcontratação de empresas estrangeiras, maior importação de insumos e até de mão-de-obra).”* (Mattoso, 1999, p. 27, grifo nosso)

8 *“A estabilidade não trouxe apenas dinheiro novo para o país. Aos investimentos, seguiu-se a entrada de empresários, executivos e técnicos estrangeiros de alto nível. Um valioso capital humano que está ajudando a inserir o Brasil corporativo no mapa da globalização, ao mesmo tempo que injeta competição no mercado de trabalho.”* (Exame, 9/8/2000)

9 Seriam 19.000 profissionais estrangeiros, consoante estimativa atribuída ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e referida na revista *Exame*. Na mesma reportagem, lemos: *“No jargão das empresas transnacionais, esses executivos são chamados de ‘expatriados’ pessoas que deixam suas casas pelo desterro voluntário em busca de melhores oportunidades para suas carreiras. [...] Eles chegam para ficar dois, três anos na filial da empresa para a qual trabalham lá fora - qualquer que seja o lugar, na sua terra natal ou em outro ponto qualquer do planeta.”* (Exame, 9/8/2000)

Em suma, os quatro fluxos demográficos cujas características apresentamos de maneira sucinta são suficientes para ressaltar, nessa primeira aproximação a partir da literatura disponível, os principais traços da imigração recente para o Brasil. Antes do mais, eles ilustram a aceleração desse movimento nos três últimos quinquênios do século XX. Sem dúvida, tratar a população brasileira como se ela fosse uma população fechada, tal como faziam os demógrafos por ocasião do Censo de 1980, não mais se justifica na virada do milênio. Ademais, para além desse inegável adensamento, os quatro fluxos referidos permitem, sobretudo, visualizar, com grande nitidez, o atributo da diversidade. A imigração recente é, em verdade, um conjunto formado por vários elementos, os quais, em boa medida, mostram-se bastante distintos.

### **3 Fontes e metodologia para o delineamento dos múltiplos perfis dos imigrantes**

É consenso entre os estudiosos da questão da imigração a dificuldade de acesso e de manuseio das informações sobre o fluxo recente de indivíduos com destino ao Brasil. Historicamente, a principal fonte de dados usada nos estudos sobre migrantes tem sido os censos demográficos, que apresentam uma série de limitações. A mais evidente delas decorre do fato de os censos disponíveis permitirem, tão-somente, o conhecimento de alguns traços gerais dos estrangeiros residentes no País no momento de realização dos levantamentos.<sup>10</sup> A tal dificuldade soma-se o fato de o último censo tabulado, disponível no período de realização da pesquisa que embasa este artigo, ter sido efetuado em 1991. Inviabilizada fica, portanto, sua utilização para o aprofundamento das características dos fluxos imigratórios da última década do Novecentos.

O acompanhamento, registro e controle da entrada de indivíduos no País constituem atribuição de um conjunto de repartições vinculadas aos Ministérios das Relações Exteriores (MRE), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Justiça (MJ). Nesta seção, tecemos considerações críticas acerca das bases de dados sobre imigrantes disponíveis nestes órgãos e que podem auxiliar no delineamento dos perfis dos integrantes do contingente populacional

---

10 Como evidenciado na seção precedente, uma expressiva massa de imigrantes é originária do contingente de brasileiros residentes fora do País, especialmente no Paraguai e nos EUA. Segundo estimativas da CEPAL, no início da década de 1990 viviam fora do Brasil, em algum país do continente americano, cerca de 272 mil brasileiros. Deste total, quase dois quintos achavam-se no Paraguai e pouco menos de um terço nos EUA. (CEPAL/Naciones Unidas, 2000)

entrado no País em fins do milênio passado.<sup>11</sup> Adicionalmente, examinamos algumas outras bases de informações que, muito embora não sejam produzidas com a finalidade precípua do acompanhamento dos fluxos migratórios, podem igualmente contribuir para o esboço dos aludidos perfis; é o caso dos Censos Demográficos, das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) e das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS). Por fim, comentamos um levantamento que, por ser realizado fora das instâncias oficiais, pode fornecer algum informe acerca da imigração não-documentada: trata-se dos registros mantidos pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM).

### **3.1 O acompanhamento direto nos Ministérios**

#### **3.1.1 A Divisão de Imigração do MRE**

A Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem, entre suas atribuições, a responsabilidade de coletar informações relativas à concessão de vistos. Tais vistos, em suas diversas modalidades, são concedidos pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares instaladas no exterior. Não obstante a extensa lista de dados fornecidos pelos requerentes dos vistos, no âmbito do MRE são totalizados tão-somente o número de vistos segundo os postos que os processaram e de acordo com cada uma das treze modalidades de concessão. Essas tabulações, evidentemente, pouco contribuíram para a elaboração dos perfis dos imigrantes em nosso País. Além disso, como se sabe, as ditas tabulações dos formulários de requisição do visto não representam com exatidão o número de entrantes no Brasil.<sup>12</sup> Ficam de fora do cômputo, por exemplo, os brasileiros em migração de retorno bem como os estrangeiros procedentes de países para os quais não se exige o visto de entrada ou que são portadores de vistos provisórios com longo prazo de validade.

#### **3.1.2 A Coordenação Geral de Imigração do MTE**

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as informações sobre o fluxo imigratório concentram-se na Coordenação Geral de Imigração (CGI), o órgão responsável

---

11 A descrição pormenorizada dos dados coletados em formulários próprios, a cada repartição citada, encontra-se em Motta, Marcondes e Nozoe (2001, Cap. II, item 2, p. 33 a 44).

12 Uma estimativa anual mais precisa deste número pode ser obtida a partir dos registros de entradas e saídas de estrangeiros no País processados pela Divisão de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras do Departamento de Política Federal. Embora se mostrem mais completas que as extraídas dos formulários de solicitação de vistos, as tabulações dos registros policiais também não permitem a elaboração dos perfis dos imigrantes, uma vez que delas consta, por ano, apenas o número total de estrangeiros que entram no Brasil, distribuídos de acordo com a nacionalidade.



pela concessão de autorização de trabalho a estrangeiros, exigência legal para efeito da emissão de vistos de entrada no País. No formulário de solicitação da referida autorização deve ser fornecido, segundo os dispositivos legais, um conjunto de informes acerca do contratante, assim como uma longa relação de dados sobre o trabalhador imigrante em potencial e seus acompanhantes. A partir desse amplo espectro de informações forma-se o banco de dados da CGI, onde se encontram armazenados os informes referentes aos pedidos deferidos.

A busca efetuada nessa Coordenação revelou que - em face das mudanças havidas no processo digital de armazenamento das informações - tinha-se, de fato, um banco contendo dados do período 1993 a 1997 e outro com informes colhidos a partir de 1998. A existência de duas bases de dados implicava, em alguns casos, a necessidade de certo cuidado na apresentação e análise das tabulações, uma vez que o diálogo entre ambas não se processava de maneira plenamente harmoniosa. Não obstante o inequívoco interesse para o delineamento do perfil dos estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil, os dados coletados pela CGI foram utilizados apenas marginalmente em nossa pesquisa tendo em vista as restrições citadas, bem como por conta da impossibilidade de se fazer cruzamentos de variáveis, da existência de lacunas nas declarações<sup>13</sup> e, principalmente, pelo fato de não ter sido franqueado o acesso dos pesquisadores aos dados originais.

### 3.1.3 O Serviço de Registro de Estrangeiros do DPF/MJ

No Ministério da Justiça, o contingente formado pelos imigrantes é alvo da atenção, em especial, do Departamento de Estrangeiros. Não obstante, a principal base de dados existente naquele Ministério (o Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros, SINCRE) encontra-se sob a alçada do Serviço de Registro de Estrangeiros da Divisão de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras (DPMAF) do Departamento de Polícia Fe-

---

13 Durante a fase preliminar da pesquisa, quando se buscou examinar a qualidade dos dados a serem usados, percebeu-se, por exemplo, que os formulários referentes a "Contratos de Trabalho em Equipe" traziam apenas o nome do representante do grupo. Dos demais integrantes são relacionados, em folha anexa ao formulário, apenas os nomes. Em decorrência, a base do MTE apresentava grande número de variáveis "sem informação". Esta omissão mostrava-se mais grave no caso das "Autorizações de Trabalho sem Contrato": cerca de dois terços dos registros de 1999 não consignavam a idade. É importante destacar que a modalidade "sem contrato" representava quase 70% do número total de pedidos deferidos pelo MTE naquele ano (12.716 autorizações). Em Baeninger e Leoncy (2001) faz-se amplo uso da base de dados em questão. Além da cautela com que as autoras comentam os resultados numéricos, percebe-se que atribuem grande parte das variações quantitativas verificadas nos últimos anos da década de 1990 à reforma da legislação. Um grande número de resoluções normativas, baixadas principalmente após 1998, alterou profundamente os critérios de concessão das autorizações a estrangeiros interessados em trabalhar no País "sem vínculo empregatício"



deral (DPF). Esse banco de dados, alimentado com informes colhidos simultaneamente pelos dois departamentos citados, representa o mais abrangente dentre os existentes nas instâncias oficiais.<sup>14</sup>

### 3.1.4 O tratamento dos bancos Ministeriais

As características específicas de cada banco de dados, juntamente com a disposição de seus responsáveis para permitir o acesso aos mesmos, levaram-nos à concentração dos esforços nas tabulações do SINCRE, realizadas entre outubro e dezembro de 2000.<sup>15</sup>

Devido ao processo ininterrupto de alimentação desta base, bem como em decorrência dos percalços havidos por ocasião do primeiro recadastramento de estrangeiros em 1987/88, as totalizações e os cruzamentos entre variáveis - realizados ao longo de dois meses, durante os quais o SINCRE continuou a ser atualizado - podem se mostrar discrepantes conforme o momento em que foram efetuados. Estas limitações foram contornadas mediante procedimentos expostos na seqüência.

Primeiramente, optamos pela apresentação de nossas tabulações sempre em porcentuais. Para que tenhamos uma noção mais precisa do tamanho dos contingentes populacionais com que estamos a lidar, informamos que em 19 de dezembro de 2000 o SINCRE mantinha 815.805 registros ativos. É com base nestes registros - que podem fornecer o perfil do “estoque” de estrangeiros documentados residentes no País - que se desenvolve nossa análise. Além deles, àquela data havia também 233.412 registros não-ativos, perfazendo um total de 1.049.217 estrangeiros computados.<sup>16</sup>

São várias as inconsistências identificadas a partir dos cruzamentos efetuados. A causa, ao que tudo indica, localiza-se no recadastramento mencionado, cuja feitura parece ter carecido

---

14 Por certo, esta abrangência dos dados do SINCRE decorre, pelo menos em parte, dos dispositivos legais que regem a estada do estrangeiro em nosso País. Como podemos ler no Artigo 58 do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 19.08.1980, alterada pela Lei 6.964, de 09.01.1991): “O estrangeiro admitido na condição de permanente, de temporário (artigo 22, I e de IV a VII), ou de asilado, é obrigado a registrar-se no DPF, dentro dos trinta dias seguintes à entrada ou à concessão do asilo e a identificar-se pelo sistema datiloscópico ....”

15 Os autores agradecem ao Delegado Dr. Rogério Sales, chefe do aludido Serviço de Registro de Estrangeiros, o acesso às informações do SINCRE.

16 As principais razões da desativação de um registro são: óbito, perda de permanência, expulsão, extradição, deportação, fim de prazo, saída definitiva, naturalização, igualdade de direitos adquirida, registro cancelado e interdição judicial.

do rigor necessário. Esse problema afeta, por exemplo, em vários casos, a variável “ano de entrada no País”<sup>17</sup> Ademais, e independentemente dos equívocos cometidos por ocasião desse recadastramento, não é possível descartar a existência de diversos outros erros ainda não identificados. Não se pode ignorar, por exemplo, a possibilidade de imigrantes falecidos que ainda têm seus registros ativos no SINCRE em vista da não comunicação de seus óbitos ao Departamento da Polícia Federal; do mesmo modo, pode-se aventar a ocorrência de casos de imigrantes que saíram do Brasil durante o prazo de estada válido ou mesmo eram detentores de vistos permanentes.

Entretanto, em que pese a identificação de tais inconsistências, elas não comprometem, a nosso ver, a análise lastreada em resultados extraídos do alentado conteúdo do SINCRE, posto que se referem, até onde pudemos inferir, a um número relativamente reduzido de registros. Ademais, o impacto das ditas inconsistências vê-se minimizado, na medida em que concentramos nossa atenção nas pessoas que imigraram para nosso País nos anos derradeiros do século XX.

### 3.2 Algumas fontes alternativas

#### 3.2.1 Os Censos Demográficos

Como observado em Carvalho e Machado (1992, p. 22), “*tem havido nos censos demográficos brasileiros, a partir de 1970, um esforço continuado no sentido de ampliar e aperfeiçoar as informações referentes às migrações.*” Esse esforço, é evidente, não se restringe ao tema das migrações internacionais, posto que se direciona igualmente para os fluxos migratórios internos.

Uma das inovações introduzidas pelo Censo de 1980 foi a pergunta, feita ao entrevistado no questionário da amostra, acerca do nome do município de residência anterior, caso o indivíduo morasse há menos de 10 anos no município em que residia em 01.09.1980. Uma vez que, anteriormente, apenas era informada a Unidade da Federação onde se situava o município de residência anterior, evidencia-se a relevância de tal inovação: ela propicia rastrear o deslocamento espacial do migrante. No Censo de 1991 manteve-se aquele esforço de

---

17 Não apenas se listam anos de entrada “impossíveis” (por exemplo, 7.653), como há incongruências no cruzamento entre variáveis (por exemplo, pessoas atualmente na faixa etária de 31 a 40 anos entradas no Brasil no decênio de 1890).

ampliação e aperfeiçoamento no levantamento efetuado. Desta feita, a grande inovação foi a pergunta sobre o local de residência, há exatos cinco anos, do indivíduo recenseado.<sup>18</sup>

Como resultado dessas inovações, foram abertas possibilidades promissoras para o estudo das migrações internacionais.<sup>19</sup> A amplitude das informações censitárias é inquestionável e, por se restringirem a frações amostrais, exigem a realização de mediações no sentido da obtenção de dados mais gerais acerca do contingente resultante do afluxo migratório internacional para o Brasil.

### 3.2.2 As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD)

A PNAD é uma pesquisa socioeconômica domiciliar por amostragem realizada anualmente desde 1967.<sup>20</sup> A investigação está dividida em características permanentes a todas as PNADs (compondo seu questionário básico) e características periódicas. Na década de 1970, os principais temas levantados foram migração e fecundidade, motivados pelos resultados censitários sobre a prevalência de altas taxas de crescimento da população e de elevada mobilidade espacial interna. Destarte, a PNAD complementa os dados censitários, pois se realiza anualmente e pode atingir maior complexidade de variáveis em comparação com os recenseamentos.

Na PNAD 1996 foi realizado um estudo suplementar da mobilidade social. Na oportunidade, contemplaram-se as características de migração dos moradores com residência anterior em país estrangeiro, além de outros dados similares àqueles presentes no censo de 1991.<sup>21</sup>

---

18 O Censo Demográfico 2000, vale observar, aperfeiçoou a prática de se levantar os dados sobre o movimento de imigração juntamente com sete outros temas mediante a aplicação de questionários próprios a uma amostra previamente definida. Além desse amplo conjunto de informes, foi igualmente pesquisada por intermédio do Questionário da Amostra uma série de “características dos domicílios”.

19 Apesar desses avanços, observamos que a utilização dos dados coletados não se revela, o mais das vezes, isenta de dificuldades. Por exemplo, no caso do Censo de 1980, ainda que a publicação dos resultados do quesito introduzido fosse possível, pois na grande maioria dos questionários a resposta a ele foi nula, as tentativas de “trabalhar” melhor com esse dado vale dizer, efetuar qualquer cruzamento dele com outras variáveis, tais como sexo, idade etc. envolveriam necessariamente o recurso à fita da amostra, cuja manipulação revela-se extremamente complexa e onerosa.

20 Nos três primeiros anos, a periodicidade da PNAD foi trimestral. Posteriormente, adotou-se a prática de levantamentos anuais, à exceção de 1994, quando a pesquisa não foi feita. Nos anos censitários, bem como naqueles em que se realiza o Estudo Nacional de Despesa Familiar, também não se realiza a dita pesquisa.

21 Para um histórico mais detalhado das metodologias utilizadas na PNAD, ver Dedecca (1998).

No conjunto das informações levantadas em caráter permanente, ao longo do tempo, realizaram-se alguns acréscimos e mudanças nos procedimentos de coleta. Também a área espacial de cobertura da pesquisa alargou-se gradualmente. A partir de 1981, a investigação passou a abarcar todo o País, excluindo apenas as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A PNAD de 1999, a de publicação mais recente, abrangeu 352.393 pessoas e 115.654 domicílios.

### 3.2.3 As Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS)

Desde 1975, as empresas (incluídas aquelas que não mantinham vínculos empregatícios no ano de referência) estão obrigadas a informar anualmente os seus empregados, discriminados segundo o prazo de contratação: indeterminado e determinado, incluindo os temporários. As informações assim levantadas conformam dois conjuntos de dados, um sobre o estabelecimento ou empregador e o outro sobre o empregado.

Ainda que não especificamente dirigida ao exame da população imigrante no Brasil, a RAIS trouxe informações relevantes para complementar nosso estudo, ao menos no que respeita à participação dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Na pesquisa em tela, analisamos as tabulações concernentes a 1994 e 1998, anos incluídos no período em que a base da RAIS tem registrado cobertura em torno de 90% do setor organizado da economia, que compreende aproximadamente 2 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios e quase 19 milhões de empregos celetistas e 5 milhões de estatutários.

### 3.2.4 O Centro de Estudos Migratórios (CEM)

O Centro de Estudos Migratórios, surgido em 1969, faz parte da Federação dos Centros de Estudos Migratórios J. B. Scalabrini. É igualmente vinculado ao Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), que integra a Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em espaço contíguo ao CEM, funciona o serviço de atendimento espiritual, cultural e jurídico, principalmente a latino-americanos. É justamente com vistas a tais atendimentos que são registradas as informações concernentes aos imigrantes e sua família. O registro contempla apenas uma parcela pequena das pessoas atendidas - definidos, com pouca precisão, como os "casos mais expressivos" - e não distingue de forma sistemática o atendimento de novos migrantes em relação aos que já foram atendidos anteriormente. Em decorrência, a cobertura, uniformidade e, mesmo, a confiabilidade dos dados dessa fonte mostram-se, em certa medida, discutíveis, demandando redobrada cautela na interpretação das tabulações dela derivadas.

## 4 Principais resultados obtidos

Como observado anteriormente neste artigo, a ênfase de nossa pesquisa está colocada nos movimentos demográficos mais recentes, de fins do século passado. Algumas das fontes compulsadas têm seu conteúdo mais imediatamente adequado a esse enfoque privilegiado do fluxo de imigrantes. Por exemplo, as quantidades e características dos vistos processados a cada ano, bem como as quantidades e características das autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros a cada ano. Todavia, esse formato mais adequado, infelizmente, não corresponde à maior riqueza de informações. Em verdade, essa maior riqueza é um atributo que identificamos, em especial, nas bases de dados cujo conteúdo mais se aproximava do conjunto (“estoque”) dos imigrantes residindo no Brasil em um dado momento. Por exemplo, os registros ativos do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (SINCRE), assim como os informes do Censo Demográfico, da PNAD e das RAIS.

Como pode ser inferido dos resultados obtidos, sumariados a seguir, não deixamos de fornecer os principais traços desse “estoque” de imigrantes. Não obstante, mantivemos a ênfase no fluxo mais recente. Para tanto, no caso do SINCRE, tabulamos seus dados tomando como eixo a variável “ano de entrada”, concentrando-nos na década de 1990, mormente no quinquênio 1996/2000. Uma vez que, nesse banco de dados da Polícia Federal, trabalhamos sempre com os registros ativos em fins do ano 2000, nossas tabulações não se referem exatamente ao fluxo dos imigrantes, porém dele estão o mais próximo que nos é possível chegar com fundamento em tal base de informações. De forma em certa medida semelhante, a comparação entre as RAIS de 1994 e 1998 bem como a consideração dos quesitos do Censo Demográfico e da PNAD que identificam o momento da imigração permitiram-nos também a caracterização aproximada dos fluxos migratórios por nós contemplados, uma vez mais complementando o exame das fontes presentes nos Ministérios.

### 4.1 Os estrangeiros no Brasil: o “estoque”

#### 4.1.1 Os bancos de dados dos Ministérios: o SINCRE (DPF/MJ)

No que respeita ao conjunto dos imigrantes residentes em nosso País, uma visão geral é a extraída dos registros ativos do SINCRE, concernente aos meses finais do último ano do século XX. Com base na tabulação desses registros, verificamos o predomínio dos imigrantes do sexo masculino (54,6%) e das pessoas casadas (62,2%). Foi significativa a participação dos idosos (35,8% com idades superiores a 70 anos), o que sugere a presença de expressivos contingentes morando no País desde muito tempo atrás. De fato, enquanto 41,8% dos

imigrantes entraram em nosso País entre 1950 e 1969, apenas 33,5% fizeram-no nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

A grande maioria dos registros ativos referia-se a imigrantes permanentes (93,2%). Foram sete os principais municípios pelos quais essa população imigrante entrou no País: Santos (SP, 30,7%), Rio de Janeiro (RJ, 26,2%), São Paulo (SP, 6,3%), Guarulhos (SP, 5,3%), Foz do Iguaçu (PR, 4,3%), Corumbá (MS, 1,9%) e Uruguaiana (RS, 1,7%). Os portugueses compunham a naturalidade mais freqüente (33,3%). Outros sete países europeus integraram o conjunto das 20 principais naturalidades (Itália, Espanha, Alemanha, França, Polônia, Holanda e Suíça; 22,2%); no mesmo conjunto, outro grupo significativo de países (13,4%) foi o dos sul-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai e Peru). Os japoneses foram a segunda naturalidade mais freqüente (12,0%). Evidentemente, às nações mencionadas corresponderam fluxos imigratórios de natureza muitas vezes distinta, bem como ocorridos, com maior intensidade, em períodos diferentes.

Mais da metade (55,5%) dos indivíduos com registro ativo residiam no Estado de São Paulo, dos quais 62,6% moravam na capital. Adicionalmente, correspondendo, em certa medida, à supremacia dos indivíduos casados, foi elevada a proporção das pessoas vinculadas às “prendas domésticas” (25,8%); e, em consonância com a expressiva presença de idosos entre os imigrantes, encontramos os “aposentados” como a segunda ocupação mais freqüente (23,2%). O domínio das mulheres na ocupação “prendas domésticas” é quase absoluto (99,3%); 66,2% dos indivíduos nessa ocupação tinham mais de 60 anos de idade. É certo que essa cifra é bem menos expressiva que a computada no caso dos “aposentados” (95,8%); todavia, não é menos certo que os percentuais calculados para as “prendas domésticas” auxiliam-nos a compreender o motivo da elevada participação de homens entre os aposentados (70,2%). Em outras palavras, como sabido, as senhoras dedicadas às lides do lar, em verdade, não se aposentam, bem como não gozam férias e nem ao menos têm sua atividade remunerada.

#### 4.1.2 Algumas fontes alternativas: o Censo Demográfico, a PNAD e as RAIS

Essas características gerais do conjunto (“estoque”) dos imigrantes no Brasil de fins do ano 2000, tabuladas com fundamento no SINCRE, são corroboradas, via de regra, por outros levantamentos realizados em momentos distintos da década de 1990, quais sejam, o Censo Demográfico de 1991, a PNAD de 1996 e a RAIS de 1998. Nessas três fontes, por exemplo, observamos uma vez mais o predomínio dos indivíduos do sexo masculino no contingente imigrante, bem como a expressiva participação relativa das pessoas com idades elevadas.

Outrossim, notamos grande similaridade no tocante ao elenco dos principais países de origem desses indivíduos, além de uma alta concentração espacial em termos de sua residência em nosso País, em particular na região Sudeste, mormente nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

De outra parte, e não obstante as discrepâncias decorrentes de suas especificidades - em especial o caráter amostral da PNAD e o enfoque da RAIS centrado exclusivamente nos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho -, verificamos, nas três fontes em tela, que o subconjunto dos imigrantes ocupados mostrava-se concentrado nos setores de comércio, serviços e na indústria de transformação. Adicionalmente, complementando os informes da Polícia Federal, percebemos o maior número de anos de estudo, em média, do segmento imigrante em comparação com os trabalhadores nacionais e, correspondendo a essa distinção, o recebimento por estes últimos de remunerações, em média, mais baixas. Por fim, o cômputo dessas duas variáveis (anos de estudo e remuneração), fortemente correlacionadas, permite-nos identificar algumas disparidades existentes no interior do próprio contingente imigrante; assim, por exemplo, para ambas as variáveis encontramos valores mais baixos, regra geral, para o caso dos imigrantes sul-americanos, para boa parte dos asiáticos e, mesmo, para alguns dos estrangeiros vindos da Europa, particularmente os portugueses.

## 4.2 Os estrangeiros no Brasil: o “fluxo”

### 4.2.1 Os bancos de dados dos Ministérios: MRE, MTE e MJ

Tendo em mente esta caracterização geral, o enfoque dos fluxos mais recentes de imigrantes para nosso País há que se referir, de início, ao movimento de vistos processados pelas missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras no exterior, fornecido pela Divisão de Imigração do MRE. Observamos que os totais, no período 1995/99, estiveram sempre na casa dos 300 mil vistos, atingindo um máximo de 377.929 em 1995 e mantendo-se numa média próxima dos 329.000 no triênio 1997/99. É nítido o predomínio dos vistos de turistas: 60,5% do total em 1995, e cerca de metade em 1997 e 1998. Também expressivos numericamente foram os vistos temporários-II.<sup>22</sup> Somadas, as duas modalidades corresponderam a mais de 80% do total de documentos processados, cifra que atingiu 88,2% em 1995.

---

22 O visto temporário II é concedido àqueles que viajam ao Brasil, sem remuneração no território nacional: a negócios; como jornalista, cinegrafista ou técnico de meio de comunicação estrangeiro, para realizar filmagens de fundo jornalístico e/ou noticioso, documentário ou publicitário no País ou reportagens, atendidas as exigências legais pertinentes; como tripulante de navios ou aeronaves, quando não possuir carteira internacional de tripulante e para estrangeiro que viaja ao Brasil para adotar menores brasileiros.



Para a concessão de alguns dos tipos de vistos de entrada faz-se necessária prévia Autorização de Trabalho emitida pelo MTE. Isto ocorre em casos de vistos temporários III e V e vistos permanentes.<sup>23</sup> Essas modalidades somavam, por exemplo, em 1998, 5% do total de vistos processados. Nas tabulações fornecidas pela Coordenação Geral de Imigração do MTE, para 1998, 1999 e de janeiro a agosto de 2000, as autorizações concedidas alçaram-se, respectivamente, a 14.114, 12.716 e 12.668. Na maioria absoluta dos casos inexistia vínculo empregatício, dominância que aumentou ao longo do tempo, atingindo 87,5% nos primeiros oito meses de 2000.<sup>24</sup>

Para todos os anos de 1993 a 2000, os EUA foram o principal país de origem dos estrangeiros que demandaram autorizações de trabalho: um mínimo de 14,7% em 1997 e um máximo de 20,5% em 1998. Um seleto grupo de Estados europeus foi presença constante entre os sete principais países de origem a cada ano: Inglaterra, França, Alemanha e Itália que, conjuntamente, responderam, por exemplo, por 26,9% dos casos de autorização em 1996 e 29,0% de janeiro a agosto de 2000. No Brasil, o destino dos estrangeiros computados pelo

---

23 O visto temporário III é concedido mediante prévia aprovação, pela Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, dos contratos de artistas e desportistas que viajam ao Brasil para exercer atividade profissional remunerada; o visto temporário V é concedido ao estrangeiro que vem ao Brasil na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato de trabalho, bem como aos casos previstos nas Resoluções Normativas 23, 31, 34, 35, 37, 41, 42, 46, 47 e 48 do Conselho Nacional de Imigração; o visto permanente é concedido ao estrangeiro que pretende se estabelecer definitivamente no Brasil. A concessão deste tipo de visto também requer prévia Autorização de Trabalho nos casos de professor, técnico ou pesquisador de alto nível, cientista, investidor (pessoa física) ou ocupante de cargo de administrador, gerente ou diretor de sociedade comercial ou civil. As Resoluções Normativas mencionadas nesta nota concernem a: 1) nº 23, de 25 de novembro de 1998: disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretende vir ao País para realizar residência médica; 2) nº 31, de 24 de novembro de 1998: disciplina a chamada de tripulante de embarcação estrangeira por meio de contrato de afretamento, de prestação de serviços e de risco; 3) nº 34, de 10 de agosto de 1999: dispõe sobre a autorização de trabalho e concessão de visto a estrangeiros sob contrato de prestação de serviço de assistência técnica, acordo de cooperação, convênio ou instrumentos similares, sem vínculo empregatício, com a alteração introduzida pela RN nº 29, de 25 de novembro de 1998; 4) nº 35, de 28 de setembro de 1999: chamada de mão-de-obra a serviço do Governo brasileiro; 5) nº 37, de 28 de setembro de 1999: disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretende vir ao País para treinamento profissional, posterior à conclusão de curso superior ou profissionalizante, sem vínculo empregatício no Brasil; 6) nº 41, de 28 de setembro de 1999: disciplina a concessão de visto a estrangeiro que vem ao Brasil efetuar estágio cultural; 7) nº 42, de 28 de setembro de 1999: disciplina a concessão de visto a estrangeiro que vem ao País para estágio; 8) nº 46, de 16 de maio de 2000: concessão de visto a tripulante de embarcações de pesca estrangeiras arrendadas por empresas brasileiras; 9) nº 47, de 16 de maio de 2000: concessão de visto a estrangeiro que vem ao País para prestar serviço em entidade religiosa ou de assistência social; 10) nº 48, de 26 de maio de 2000: disciplina a concessão de visto para tripulantes e outros profissionais que exercem atividade remunerada a bordo de navio de cruzeiro aquaviário na costa brasileira, na bacia amazônica ou demais águas interiores.

24 Em 1998 e 1999, as principais atividades dos estrangeiros sem vínculo empregatício foram as de artistas e desportistas, que corresponderam, respectivamente em cada ano, a 37,8% e a 31,4% do total das autorizações. Os informes parciais para 2000 mostraram, no entanto, que aquelas atividades tiveram sua participação relativa reduzida para 21,2%; nesse ano, os tripulantes de embarcação estrangeira (contrato de afretamento) perfizeram 44,0% do total de autorizações.

MTE concentrou-se nos Estados de S. Paulo e Rio de Janeiro, numa proporção sempre superior a dois terços. Em fins do século (de 1998 a agosto de 2000) observamos, também, o marcado predomínio masculino; as autorizações concedidas a mulheres perfizeram menos de 12,0% do total.<sup>25</sup>

Independentemente dos dados tornados disponíveis pelo MRE e pelo MTE, uma vez mais a aproximação mais profícua a esse fluxo imigratório recente foi a realizada a partir dos dados do SINCRE. De início, definimos um conjunto formado pelos 20 principais países de origem dos imigrantes entrados no Brasil em cada um dos quatro últimos lustros do século XX, imigrantes estes que compõem os registros ativos do banco de dados da Polícia Federal em fins do ano 2000. Nos quatro quinquênios, esses países selecionados foram quase sempre os mesmos, com o que trabalhamos com um total de 23 nações, e responderam por mais de quatro quintos do fluxo imigratório total para o Brasil.<sup>26</sup>

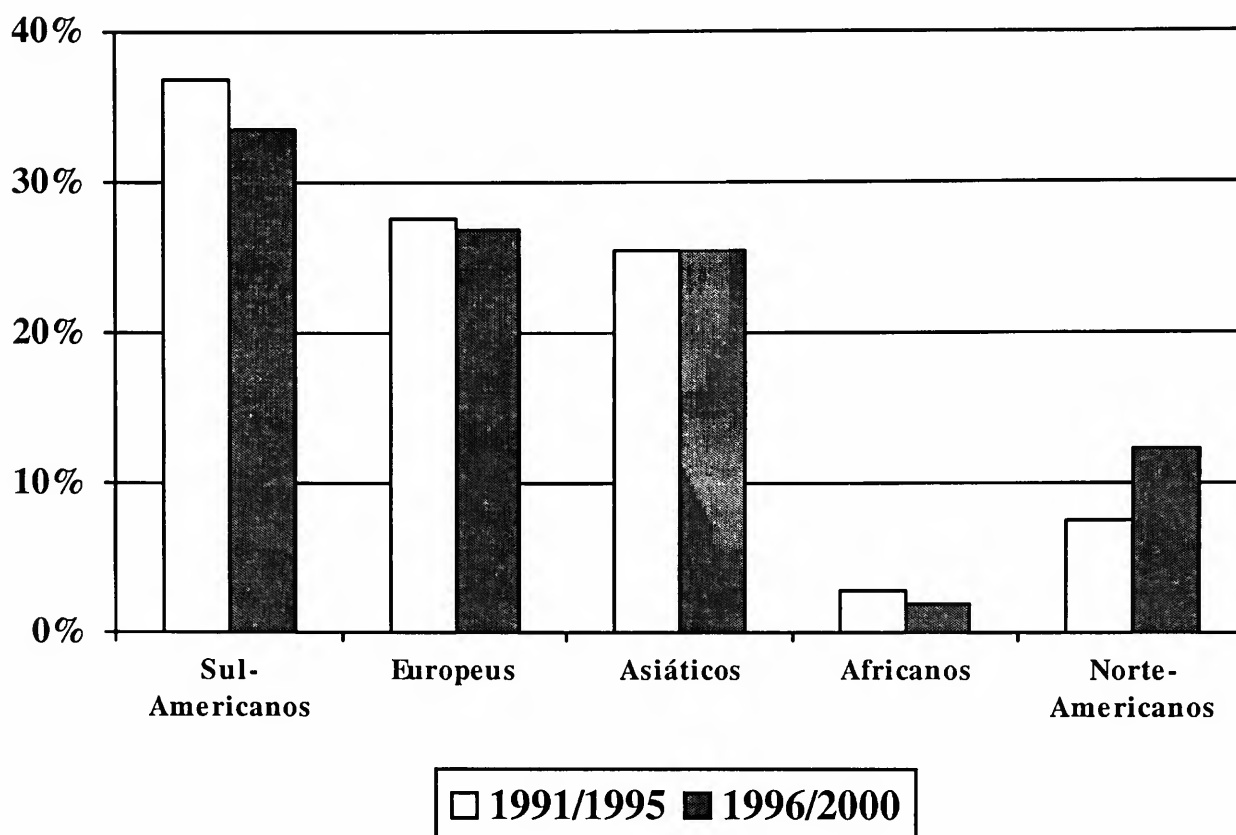
Adotamos um critério geográfico para agrupar esses 23 países escolhidos, do qual resultaram os seguintes conjuntos de imigrantes: os sul-americanos (oriundos de: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai); os europeus (da Alemanha, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Portugal e Suíça); os asiáticos (da Coreia do Sul, Japão, Líbano, República Popular da China e Taiwan); os africanos (de Angola e Moçambique); e os norte-americanos (dos Estados Unidos da América). No Gráfico 1 fornecemos as participações relativas de cada um desses conjuntos no total dos estrangeiros naturais dos 23 países mencionados, tomados os anos de entrada inseridos nos dois últimos quinquênios do Novecentos: 1991/1995 e 1996/2000.

---

25 Por outro lado, muito menos consistentes foram os dados sobre as idades dos candidatos, em boa medida pelo elevado número de situações nas quais esse quesito não foi informado. Aparentemente, há também alguns problemas quanto às totalizações na distribuição por faixas etárias fornecidas pela CGI. A propósito, cabe mencionar que aparentes equívocos nos cálculos percentuais foram igualmente observados como regra geral nas estatísticas apresentadas, em especial nos cálculos referentes aos oito primeiros meses de 2000.

26 Vale sempre repetir que a base de nossas tabulações, no que respeita aos dados da Polícia Federal, é constituída pelos registros ativos no SINCRE. Dessa forma, quando nos referimos ao fluxo imigratório, estamos de fato trabalhando com uma *proxy* do fluxo efetivo, composta por aqueles estrangeiros que para cá vieram e que aqui permanecem “ativos” em dezembro de 2000.

**Gráfico 1**  
**Participação Relativa dos Conjuntos de Estrangeiros**  
 (23 Países Selecionados; Períodos de Entrada: 1991/1995 e 1996/2000)



Em todos os casos, porém com intensidades variáveis, computamos o predomínio dos homens e observamos que os indivíduos classificados como permanentes apresentam-se, em média, mais velhos em comparação com os temporários e provisórios. Centrando nossa atenção no quinquênio 1996/2000, notamos que os europeus compõem o segmento mais uniforme, apresentando elevadas razões de sexo, significativa importância das pessoas com mais de 30 anos de idade e expressivas participações dos imigrantes classificados como temporários ou permanentes. Entre estes últimos, em média mais velhos, destacam-se os aposentados, em especial nas nacionalidades com menores participações de homens com idades de zero a trinta anos (alemães, italianos e suíços). Já no caso dos temporários, relativamente mais jovens, os estudantes compõem a ocupação mais frequente entre alemães, portugueses e suíços.

No grupo dos sul-americanos, que conformam um perfil menos homogêneo, destaca-se a importância dos provisórios, em especial no caso da Bolívia. Também entre eles predominam os homens, embora com menor intensidade *vis-à-vis* os europeus. Por outro lado, ainda em comparação com os europeus, são relativamente mais importantes as pessoas com 30 ou menos anos de idade. Assim sendo, as ocupações “estudantes” e “menores (crianças, não

estudantes)” respondem, por exemplo, por mais de um quarto dos chilenos permanentes, mais de dois quintos dos chilenos temporários, alçando-se a pouco menos de quatro quintos dos paraguaios temporários.

Por sua vez, os asiáticos igualmente mostram grandes disparidades entre si. Um ponto comum é a supremacia numérica masculina, porém variando do quase equilíbrio entre os sexos (taiwaneses) ao predomínio dos homens superior a dois terços do total (libaneses). No que respeita à classificação, o caso discrepante é o dos japoneses, entre os quais quase inexiste a categoria “provisórios”, a qual é a mais numerosa para todos os demais asiáticos considerados. Para todas as nacionalidades asiáticas examinadas, entre as ocupações principais mais frequentes constam as seguintes: “diretor, gerente ou proprietário”, “prezadas domésticas (lidas do lar)” e “estudante”

Entre os africanos, a grande maioria é formada por angolanos, especialmente homens, jovens e solteiros, classificados em sua maior parte como provisórios ou temporários, e para os quais os refugiados não se colocam muito distantes em termos numéricos dos permanentes. A essa relativa juventude dos angolanos corresponde, por exemplo, a presença marcante dos estudantes (ocupação mais importante tanto para permanentes como para temporários e refugiados, e a segunda em importância entre os provisórios). Por fim, os norte-americanos, cujo perfil é delineado por intermédio da grande maioria de homens, jovens, solteiros e classificados como temporários, sendo entre eles bastante expressiva a presença de estudantes e sacerdotes.

#### 4.2.2 Algumas fontes alternativas: o Censo Demográfico, a PNAD, as RAIS e o CEM

Esses distintos perfis que compõem o fluxo de imigrantes mais recentes têm seus traços, uma vez mais, corroborados e complementados pela análise do Censo Demográfico de 1991, da PNAD de 1996 e das RAIS de 1994 e 1998. Desta feita, os quesitos que, nas fontes censitárias, possibilitam precisar no tempo o momento da imigração, aliados à comparação entre as duas RAIS compulsadas, permitiram confirmar algumas inflexões recentes desse deslocamento populacional direcionado para o Brasil. Dessa forma, discrepando do enfoque do universo total dos imigrantes, a ênfase naqueles aqui chegados mais recentemente denota o crescimento da presença de sul-americanos, asiáticos e norte-americanos, em detrimento dos europeus. Percebemos, também, que os indivíduos que integram esse movimento mais recente são, em média, mais jovens, com maior grau de instrução e, também por conta desta última característica, recebem remunerações em média superiores. Por outro lado, por exemplo, pelo cotejo das RAIS de 1994 e 1998, percebemos ter aumentado a sempre presente

concentração dos imigrantes na região Sudeste do País, em particular em algumas áreas metropolitanas.

Por fim - e, em verdade, apenas a título ilustrativo -, apresentamos algumas informações mais gerais concernentes aos estrangeiros cadastrados pelo Centro de Estudos Migratórios no município de São Paulo. O serviço de apoio aos imigrantes atendeu 1.553 pessoas durante o ano de 1999. As principais nacionalidades das pessoas atendidas foram as seguintes: bolivianos (43,6%), chilenos (15,2%), peruanos (12,1%), argentinos (4,8%) e portugueses (2,0%). Este perfil distingue-se do verificado em outras fontes. Destaca-se a maioria relativa de bolivianos, seja decorrente da sua concentração nos bairros próximos ao do serviço de atendimento, seja das condições menos favorecidas por eles vivenciadas. Esses indivíduos, o mais das vezes clandestinos, que raramente se fazem presentes nas estatísticas oficiais, ou lá estão de forma subestimada, compõem, regra geral, um segmento de mão-de-obra pouco qualificada;<sup>27</sup> não obstante as dificuldades com que se defrontam, porém, tendem a criar aqui novas raízes, mediante a formação de famílias, o estabelecimento tentativo de redes de emprego e a adoção de estratégias com vistas à legalização.

## 5 Considerações finais

Este artigo sumariou os principais elementos da pesquisa intitulada *Imigração para o Brasil*, realizada no âmbito do convênio MTE-FIPE e encerrada em setembro de 2001. Explicitamos, de início, as características da inserção do Brasil nos fluxos migratórios internacionais ocorridos em especial no último quarto do século passado. Preocupamo-nos, em seguida, com a apresentação crítica dos bancos de dados sobre os imigrantes mantidos no âmbito dos Ministérios das Relações Exteriores (MRE), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Justiça (MJ), bem como das informações presentes em algumas fontes alternativas para o delineamento dos perfis dos indivíduos integrantes desse segmento populacional, quais sejam, os Censos Demográficos, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), as Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS) e os informes coligidos pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM).

---

27 As fichas do CEM revelam, entre 1985 e 1994, a supremacia numérica dos homens (74,2%) e daqueles com idades entre 20 e 40 anos (74,3%). A principal atividade desenvolvida foi no setor de confecções (cerca de 40% do total). As outras atividades com alguma importância foram: operários, domésticas, vendedores ambulantes, pedreiros, carpinteiros etc. (cf. Silva, 1997, p. 92-93). Na segunda metade dos anos 1990, reduziu-se a participação dos homens no total (55,1%); contudo, manteve-se o perfil jovem da população - mormente de 18 a 44 anos - e elevou-se a participação dos casados. No tocante à ocupação, permanece em proporções similares o vínculo com o setor de confecções (cf. Silva, 1999, p. 24-25).

Por fim, fornecemos os principais resultados obtidos mediante a tabulação e análise dos dados colhidos nesse amplo leque de fontes que fundamentaram a pesquisa realizada. Pudemos, em suma, verificar que, aparentando retomar um certo alento nessa virada de milênio, o movimento imigratório para o Brasil assume, de forma inequívoca, uma natureza plural. Assim sendo, nele coexistem deslocamentos que acompanham, de um lado, os processos de privatização e de vendas de empresas nacionais para o capital estrangeiro, a exemplo do fluxo de espanhóis, e, de outro, os caminhos da exclusão social e da luta pela sobrevivência levada a cabo pelos excluídos, ilustrados sobejamente pelo fluxo de bolivianos. São, decerto, um e outro, os dois lados da mesma moeda que, conjuntamente, traduzem as características do capitalismo vigente em nossos dias.

## Referências bibliográficas

- Antico, Cláudia. Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do Censo de 1991. *In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. [CD ROM]. Belo Horizonte: ABEP, 1998, p. 665-685.
- Baeninger, Rosana; Leoney, Carla. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). *In: Castro, Mary Garcia (coord.), Migrações internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD, 2001, p. 187-242.
- Batista, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. 1990. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP - Departamento de Geografia. S. Paulo. (Mimeografado).
- Carvalho, José Alberto Magno de; Machado, Claudio Caetano. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas: ABEP, v. 9, n. 1, p. 22-34, jan./jul. 1992.
- CEPAL/Naciones Unidas. Migración internacional en América Latina. *Boletín Demográfico*, n. 65, Enero de 2000.
- Dedecca, Claudio Salvadori. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: síntese metodológica. *Revista Brasileira de População*. Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p. 103-114, ago./dez. 1998.
- Exame. Os novos imigrantes. Os imigrantes competem. *Exame*. São Paulo: Editora Abril, 9 de agosto de 2000.

Galetti, Roseli. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. *In: Patarra, Neide Lopes (coord.), Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: FNUAP, 1995, v. 1, p. 133-143.

Mattoso, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Milesi, Ir. Rosita; Moroni, José Antônio. Refugiados no Brasil. *In: O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 93-109.

Motta, José Flávio; Marcondes, Renato Leite; Nozoe, Nelson Hideiki. *Imigração para o Brasil*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: FIPE/MTE, 2 v., setembro de 2001. (Mimeografado).

O Estado de S. Paulo. Triplica a concessão de vistos de trabalho para estrangeiros. *O Estado de S. Paulo*. Segunda-feira, 24 de janeiro de 2000.

Ribeiro, José Teixeira Lopes. Migração internacional Brasil - África: Angola em destaque. *In: Patarra, Neide Lopes (coord.), Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: FNUAP, 1995, v. 1, p. 122-132.

Silva, Sidney Antônio da. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

\_\_\_\_\_. Hispano-americanos em São Paulo: alcances e limites de um processo de integração. *Travessia*. Jan./abr. 1999, p. 24-32.

Veja. O eldorado boliviano: atrás do sonho de fortuna, desempregados da Bolívia vivem como clandestinos no Brasil. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 25 de agosto de 1999.